

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA – IFSP-HTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Estágio Curricular Supervisionado é considerado o ato educativo supervisionado envolvendo diferentes atividades desenvolvidas no ambiente educacional, que visa à preparação para o trabalho educativo. Assim, o estágio objetiva o aprendizado de vivências próprias do educador matemático e a contextualização curricular, com foco no desenvolvimento de práticas educativas para a vida cidadã e para o trabalho. É uma ação pedagógica, obrigatória, de parceria entre o IFSP Campus Hortolândia e a escola de Educação Básica, preferencialmente pública, com o intuito de aprimorar a formação do futuro docente. Por esse motivo, ele é pensado como um movimento amplo do estagiário na escola e na comunidade que a cerca. Para sistematizar o processo de implantação, oferta e supervisão de estágios curriculares, são observados o Regulamento de Estágio do IFSP, Portaria nº. 70/2022, de 20 de outubro de 2022, e a Resolução CNE/CP nº 4, de 24 de maio de 2024, dentre outras legislações vigentes.

Art. 2º. O estágio curricular supervisionado de 400 horas do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Hortolândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) pode ser iniciado desde o primeiro semestre do curso em conformidade com o quantitativo de horas e atividades (observação, intervenção e regência) previstos na tabela 1 e com os conteúdos abordados nas disciplinas articuladoras, conforme tabela 2. Contudo, sugere-se que se inicie de forma concomitante com as componentes curriculares de Prática Docente. O estágio curricular supervisionado é orientado por um(a) Professor(a) Supervisor(a) na unidade concedente e por um(a) Professor(a) Orientador(a) do curso de Licenciatura em Matemática. Em cada semestre, o

estagiário deverá cumprir a quantidade de horas em atividades acordadas com seu Professor(a) Orientador(a) de Estágio.

Tabela 1. Atividades e Cargas Horárias do Estágio Curricular Supervisionado por Semestres

Semestre	Tipo de estágio	Carga Horária Máxima
1°	Observação	20h
2°	Observação	20h
3°	Observação e intervenção	20h
4°	Observação e intervenção	100h
5°	Observação e intervenção	200h
6°	Observação, intervenção e regência	200h
7°	Observação, intervenção e regência	400h
8°	Observação, intervenção e regência	400h

Tabela 2. Disciplinas Articuladoras e Conteúdos abordados

Sem.	Disciplinas Articuladoras	Conteúdos/Ações
1	História da Educação; Funções; Geometria Plana e Desenho Geométrico; Matrizes, Determinantes e Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar, no contexto educacional, a história das lutas dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a história dos direitos humanos e do direito à educação e a interação dos seres humanos com o meio ambiente na constituição histórica do gênero; • Identificar situações em que os conceitos de funções, equações, inequações, geometria plana, matrizes, determinantes e sistemas lineares estejam presentes em um futuro plano de aula.

2	Filosofia da Educação; Fundamentos da Geometria Analítica; Análise Combinatória e Probabilidade; Geometria Espacial; Trigonometria	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a construção da ética no espaço escolar e na atuação docente, considerando-se que a ética é a base da ação educativa e que dela deriva; • Identificar situações em que os conceitos da geometria analítica, análise combinatória, probabilidade, geometria espacial e trigonometria estejam presentes em um futuro plano de aula.
3	Didática; Polinômios e Números Complexos; História da Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre teorias, conceitos e práticas acerca do planejamento educacional em seus contextos macro e micro, considerando a necessária articulação entre as diretrizes curriculares, o currículo, o projeto político pedagógico da escola, os planos de ensino e os planos de aula; • Identificar e propor situações em que os polinômios e números complexos estejam envolvidos em um futuro plano de aulas; • Refletir acerca das potencialidades pedagógicas da história da matemática na educação básica; • Refletir sobre situações em que a história da matemática é parte integrante do desenvolvimento dos conceitos matemáticos em propostas de aulas.
4	Laboratório de Matemática; Educação Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e conceber possibilidades que vinculem o Laboratório de Ensino de Matemática no ensino e na aprendizagem sob a ótica da concepção e potencialidades pedagógicas; • Identificar e propor situações em que os conceitos de educação financeira estejam presentes em um futuro plano de aula; • Planejar o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem que utilizem planilhas de cálculo como ferramenta para compreender conceitos da educação financeira na educação básica.
5	Prática Docente 1	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e vivenciar ações de ensino da Matemática voltadas para os anos finais do Ensino Fundamental e EJA, à luz das tendências em Educação Matemática; • Promover diálogos sobre teorias educacionais e práticas observadas, experienciadas e compartilhadas pelos(as) estudantes, de forma a produzir sentido para a prática de ensino de Matemática aos(às) futuros(as) professores(as); • Refletir sobre as aprendizagens da prática docente identificadas a partir de análises críticas das experiências vivenciadas pelos(as) estudantes no estágio curricular supervisionado e em outras ações no contexto escolar.

6	Prática Docente 2	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as relações de aulas de Matemática com a comunidade escolar sob suas perspectivas de gestão, sociais e político-pedagógicas; • Refletir e propor relações de aulas de Matemática sob suas perspectivas inclusivas, tecnológicas, étnico-raciais e dos direitos humanos; • Analisar materiais didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental.
7	Prática Docente 3	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os desafios da prática docente no contexto da diversidade escolar, sob a ótica da Declaração dos direitos Humanos, do ensino sob perspectiva da história e cultura afro-brasileira (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) e da educação como um direito, às demandas de formação continuada e de ações criativas do(a) professor(a); • Problematicar, refletir e dialogar sobre os desafios do futuro professor(a) de Matemática em formação com base nos desdobramentos do Novo Ensino Médio na realidade escolar; • Desenvolver práticas como: analisar práticas docentes a partir de problematizações e experiências compartilhadas de observações e intervenções no contexto escolar; planejar e desenvolver tarefas, aulas e projetos com foco no ensino da Matemática de forma colaborativa e em demandas do contexto escolar, como aquelas que fazem parte do processo de construção de uma cultura escolar antirracista e inclusiva.
8	Prática Docente 4; Tecnologias Digitais no ensino de matemática; Educação em direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender, problematizar e discutir os diferentes instrumentos de avaliação; • Analisar materiais didáticos do Ensino Médio sob a perspectiva da BNCC, do Estatuto da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; • Analisar e produzir materiais didáticos; • Analisar instrumentos de avaliação; • Elaborar propostas de ensino da Matemática com temática referente ao currículo do Ensino Médio regular e profissionalizante, bem como Educação de Jovens e Adultos (EJA), e escolher (e analisar) metodologias (e instrumentos) de avaliações adequadas para tais atividades; • Socializar propostas e aprendizagens docentes por meio de relatos de práticas de observações, intervenções e regências desenvolvidas no contexto escolar; • Analisar, planejar e/ou desenvolver ações que fazem parte do processo de construção de uma cultura escolar antirracista e inclusiva; • Refletir sobre práticas de ensinar e de aprender com tecnologias digitais: softwares e vídeos para o ensino da Matemática, pensamento computacional na Educação Básica, jogos digitais e programação para o ensino da Matemática; • Compreender aspectos importantes da formação docente com

		<p>tecnologias, quando estas são concebidas como partícipes no processo de produção de conhecimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o processo crítico de se apropriar de tecnologias e de metodologias de ensino em que as tecnologias digitais estão presentes.
--	--	---

Art. 3º. As ações do estágio supervisionado estão classificadas em três modalidades:

Observação: A modalidade de observação constitui a fase inicial do Estágio Curricular Supervisionado e tem como objetivo principal a imersão do licenciando no ambiente escolar. Nesta etapa, o estagiário deverá realizar um diagnóstico detalhado da instituição de ensino, analisando seu projeto político-pedagógico, sua estrutura organizacional e a dinâmica das interações entre os membros da comunidade acadêmica. O foco recairá sobre o ambiente escolar, onde o futuro docente observará atentamente as práticas pedagógicas do(a) professor(a) regente, as metodologias de ensino da Matemática aplicadas, a gestão do tempo e do espaço, a relação professor(a)-aluno(a) e as múltiplas realidades dos(as) estudantes. Esta fase é fundamental para a articulação entre a teoria estudada no curso e a prática vivenciada, permitindo uma análise crítica e reflexiva que servirá de alicerce para as etapas subsequentes.

Intervenção: A modalidade de intervenção representa a etapa intermediária do processo de estágio, caracterizada pela participação colaborativa do licenciando nas atividades de sala de aula, sempre sob a supervisão do(a) professor(a) regente. Diferente da simples observação, a intervenção pressupõe uma atuação pedagógica planejada, que pode incluir o auxílio a alunos com dificuldades de aprendizagem, a elaboração e aplicação de materiais didáticos específicos, a condução de parte da aula ou o desenvolvimento de projetos temáticos. O objetivo desta fase é proporcionar ao(à) estagiário(a) a oportunidade de experimentar, de forma gradual e assistida, a prática docente, permitindo-lhe desenvolver habilidades de planejamento, execução e avaliação de atividades pedagógicas, refinando sua postura profissional e sua capacidade de interagir com os discentes na construção do conhecimento matemático.

Regência: A regência é a etapa culminante do Estágio Curricular Supervisionado, na qual o licenciando assume integralmente a condução de uma ou mais aulas, responsabilizando-se por todo o processo de ensino-aprendizagem durante um período determinado. Esta modalidade exige que o

estagiário elabore planos de aula detalhados, ministre os conteúdos programáticos de Matemática, utilize diferentes estratégias e recursos didáticos, realize a gestão da sala de aula, promova a avaliação dos estudantes e reflita continuamente sobre sua própria prática. A regência, supervisionada tanto pelo(a) professor(a) da instituição de ensino quanto pelo(a) orientador(a) acadêmico, é o momento de consolidar os conhecimentos, as competências e as habilidades desenvolvidas ao longo do curso e das fases anteriores do estágio, vivenciando de forma autônoma os desafios e as complexidades da profissão docente.

Parágrafo primeiro. No âmbito do estágio supervisionado, não são permitidas atividades que se restrinjam a funções meramente burocráticas ou desvinculadas dos objetivos formativos do curso, como serviços de secretaria, atendimento escolar de natureza administrativa, recepção, digitação de documentos, reprodução de cópias, organização de arquivos ou qualquer outra tarefa de apoio operacional que não contribua para a aquisição de competências e habilidades previstas no projeto pedagógico. A legislação do estágio (Lei nº 11.788/2008) estabelece que as atividades devem ter caráter educativo, integrando teoria e prática, de modo que funções alheias à área de formação não caracterizam estágio, mas sim trabalho não regulamentado.

Art. 4º. O(a) estudante não pode começar as atividades de estágio sem antes celebrar junto à unidade concedente e ao IFSP, em três vias, o plano de atividades e o termo de compromisso de estágio.

Parágrafo primeiro. Não será validado, para fins de cômputo da carga horária, qualquer período anterior ao de celebração dos documentos previstos no *caput* deste artigo.

Parágrafo segundo. A validade do termo de compromisso será de, no máximo, 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, exceto nos casos do(a) estudante com necessidades educacionais específicas.

Parágrafo terceiro. A primeira via dos documentos elencados no *caput* do presente artigo ficará em poder da unidade concedente, a segunda via, do IFSP, e a terceira, do(a) estudante.

Parágrafo quarto. A cada mudança de semestre, não é necessário celebrar novo termo de compromisso se as atividades de estágio forem feitas na unidade concedente do semestre anterior e se sua vigência abranger o semestre de realização dessas atividades, sempre em comum acordo com a unidade concedente.

Parágrafo quinto. No início de cada semestre de estágio, o(a) estudante deve apresentar ao(à) Professor(a) Orientador(a), em prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio, a sua via do plano de atividades e do termo de compromisso celebrado junto à unidade concedente e o IFSP.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 5º Com o estágio curricular supervisionado, objetiva-se auxiliar o licenciando na compreensão do papel social da escola e no domínio do conhecimento pedagógico, de modo a:

- i. Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele;
- ii. Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- iii. Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula;
- iv. Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- v. Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais e/ou responsáveis dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola;

- vi. Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;
- vii. Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- viii. Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos;
- ix. Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- x. Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- xi. Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
- xii. Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos.
- xiii. Compreender e refletir sobre a atuação docente diante dos seguintes temas: Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Educação Ambiental.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO DE CADA ETAPA DO ESTÁGIO

Art. 6º. O acompanhamento de cada etapa do estágio é feito pelos(as) Professores(as) Orientadores(as). Os(As) Professores(as) Orientadores(as) de Estágio são docentes do curso de Licenciatura em Matemática, indicados pelo coordenador ou NDE ou colegiado do curso e designados pelo diretor geral do campus mediante portaria.

Parágrafo único. O acompanhamento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá coletivamente e individualmente em horários estabelecidos pelo Professor(a) Orientador(a) no início do semestre letivo.

Art. 7º. Compete ao Professor(a) Orientador(a) de estágio:

- i. Orientar o(a) estudante;
- ii. Divulgar o regulamento do estágio aos(às) estudantes;
- iii. Orientar o preenchimento e submissão de documentos junto a Coordenadoria de Extensão (CEX);
- iv. Orientar e acompanhar o plano de atividades de estágio;
- v. Visitar os ambientes de estágio se julgar conveniente;
- vi. Avaliar as atividades desenvolvidas no estágio;
- vii. Verificar e validar as horas computadas como estágio;
- viii. Fomentar as discussões das vivências do estágio individualmente e em reuniões coletivas;
- ix. Dar suporte pedagógico às atividades desenvolvidas no estágio;
- x. Validar as atividades de estágio através de documento específico.

Parágrafo primeiro. Cabe ao(à) Professor(a) Orientador(a) conferir e assinar a via do(a) estudante do plano de atividades e do termo de compromisso de estágio, nos termos do parágrafo sexto do artigo 4º deste regulamento, devolvendo-os à Coordenação de Estágio do Campus para arquivamento.

Parágrafo segundo. No início do semestre, a partir da segunda etapa do estágio, o Professor(a) Orientador(a) confere junto à Coordenação de Estágio se a etapa anterior foi integralizada pelo(a) estudante.

Art. 8º. Uma vez firmado o termo de compromisso de estágio com a unidade concedente, o(a) estudante entrega ao(a) Professor(a) Orientador(a) o Plano de Atividades com os dias e horários em que realizará as atividades da etapa do estágio e os nomes dos(as) professores(as) supervisores(as).

Parágrafo único. Em caso de alteração do(a) Professor(a) Supervisor(a), turma ou horário, o(a) Professor(a) Orientador(a) deve ser comunicado prontamente pelo(a) estudante através de novo Plano de Atividades, sob risco de ter a etapa do estágio invalidada no semestre.

Art. 9º. A jornada das atividades de estágio não poderá ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais.

Art. 10. As atividades e objetivos de cada etapa do estágio serão estabelecidos pelo(a) Professor(a) Orientador(a) no plano de atividades de estágio, no início do semestre letivo.

CAPÍTULO IV

DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 11. Ao término da realização de cada plano de atividades firmado, o(a) estudante deverá apresentar um relatório analítico individual, doravante denominado **relatório parcial de estágio**, que deverá conter reflexões que indiquem a articulação dos conhecimentos e vivências ao longo dessa etapa do estágio com os referenciais teóricos discutidos no curso.

Parágrafo único. A data de entrega do relatório parcial de estágio será estabelecida pela Coordenação Estágio ou pelo(a) Professor(a) Orientador(a) de Estágio.

Art. 12. O relatório parcial de estágio, elaborado em três vias, deverá conter:

- i) data e assinatura do(a) estudante e do(a) Professor(a)(a) Supervisor(a);
- ii) data e assinatura da direção da escola;
- iii) descrição das atividades de estágio;
- iv) parecer do(a) Professor(a)(a) Supervisor(a) sobre o estágio.

Art. 13. Quando da entrega do relatório de estágio pelo(a) estudante, o(a) Professor(a)(a) Orientador(a)(a):

- i) confere e assina a documentação apresentada;
- ii) verifica se a carga horária e as atividades previstas para a etapa do estágio foram cumpridas;
- iii) avalia as atividades de estágio realizadas;
- iv) emite parecer se o(a) estudante alcançou os objetivos propostos.

Parágrafo primeiro. Caso não cumpra satisfatoriamente todas as atividades de estágio previstas no plano de atividades, o(a) estudante deverá refazer a etapa.

Parágrafo segundo. Caso o quantitativo de horas previsto para a etapa do estágio não tenha sido integralizado pelo(a) estudante, ele poderá completá-lo

em semestres subsequentes, devendo obedecer novamente a todos os procedimentos e prazos previstos neste regulamento.

Art. 14. As orientações para a elaboração e a entrega do relatório parcial de estágio serão fornecidas pelo Professor(a)(a) Orientador(a)(a).

CAPÍTULO V

DO RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Art. 15. Após integralização das 400 horas de estágio curricular, o(a) estudante deverá apresentar o **relatório final** que sintetize o seu amadurecimento ao longo das quatro etapas.

Parágrafo primeiro. Sem a aprovação do relatório final do estágio, o(a) estudante não poderá colar grau.

Parágrafo segundo. As orientações para a elaboração do relatório final serão fornecidas pelo Coordenador(a) de Estágio ou Orientador(a) de Estágio de acordo com o regulamento vigente.

Parágrafo terceiro. O relatório final deverá apresentar coerência em relação aos relatórios parciais de estágio, sob o risco de ser reprovado caso isso não ocorra.

Art. 16. As datas de entrega do relatório final serão estabelecidas pelo Coordenador(a) de Estágio ou Orientador(a) de Estágio.

Parágrafo primeiro. Após a entrega do relatório final, o professor(a) Orientador(a) de Estágio tem até 30 dias para devolvê-lo ao(à) estudante, com os apontamentos e correções que julgar convenientes. A partir dessa devolutiva, o(a) estudante tem o prazo de 15 dias para reapresentar o relatório ao Orientador(a) de Estágio, que informará sobre a aprovação ou reprovação em no máximo 30 dias.

Parágrafo segundo. Em caso de reprovação do relatório final de estágio, o(a) estudante deverá refazê-lo, obedecendo novamente os procedimentos e prazos estabelecidos no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As situações não previstas por este regulamento serão resolvidas pela Coordenação de Estágio ou pelo Colegiado de curso.

Art. 18. Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação.